Entre cá e lá. Notas de uma pesquisa sobre a emigração para Espanha de operários portugueses da construção civil[1]

Bruno Monteiro[*] e João Queirós[*]

Resumo

Entre outras consequências, a conjuntura recente da economia portuguesa – que se tem caracterizado por baixos níveis de investimento e crescimento, perda de dinamismo empresarial, designadamente nos sectores tradicionais, elevadas taxas de desemprego e degradação do poder de compra – tem conduzido a importantes mudanças ao nível dos padrões de mobilidade da força de trabalho nacional.

Estas mudanças têm feito sentir-se com especial acuidade no Norte do país, onde o declínio das principais actividades industriais (madeiras e mobiliário, têxteis e vestuário, calçado), muito pressionadas pela concorrência internacional, associado à própria situação regressiva da construção civil, tem feito elevar significativamente as taxas de desemprego. Em consonância com este facto, vem-se registando nos últimos anos um alargamento da área de inserção profissional dos trabalhadores residentes na região e mesmo um recrudescimento dos fluxos emigratórios, geralmente de cariz sazonal ou "pendular" (semanal ou quinzenal) e direccionados sobretudo para Espanha.

Partindo da análise do caso particular da construção civil, sector de actividade que ocupa a larga maioria destes migrantes, e recrutando elementos recolhidos através de entrevista e de observação directa – a pesquisa incluiu já um período durante o qual os seus autores puderam acompanhar *in loco* o

[*] Investigador do Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Doutorando em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. E-mail: bmonteiro@fpce.up.pt.

[**] Investigador do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Doutorando em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. E-mail: jqueiros@letras.up.pt.

[1] A pesquisa em causa recruta elementos decorrentes das investigações que têm vindo a ser realizadas pelos autores, separadamente, em duas colectividades locais do Noroeste Português (Rebordosa, no concelho de Paredes, e Fonte Arcada, no concelho de Penafiel) e do trabalho de observação que os mesmos desenvolveram, no início de 2008, junto de um grupo de operários da construção civil portugueses instalado em O Carballiño, Galiza, Espanha.

quotidiano de um grupo de operários da construção civil portugueses em O Carballiño, Galiza, Espanha –, procura-se com este artigo apresentar alguns resultados de uma pesquisa em curso que pretende estudar, por um lado, o modo como se constroem as disponibilidades para a migração e, por outro, os aspectos vivenciais e as consequências pessoais e colectivas (designadamente familiares e relacionais nas colectividades de origem) deste *deslocamento contínuo* que caracteriza a vida de milhares de trabalhadores portugueses.

Palavras-chave: Migrações; condição operária; construção civil; Espanha; precarização.

PARTE I

Do «surto imigratório» ao «regresso da emigração», com a «crise» como pano de fundo

1. Introdução

Quando, em 2001, os dados do recenseamento geral da população confirmaram a década de 1990 como período de relevante crescimento da população residente em Portugal – crescimento quase inteiramente explicado por um saldo migratório positivo apenas comparável com o registado na década de 1970, altura em que o país assistiu a um volume de entradas na ordem dos 700 mil indivíduos, na sua maioria oriundos das ex-colónias portuguesas em África –, os defensores da ideia de que Portugal passara de «país de emigração» a «destino de imigração» puderam finalmente juntar informação estatística devidamente validada à análise da mudança do perfil migratório português que o mosaico étnico e social em transformação nos principais centros urbanos do país vinha sugerindo estar a acontecer.

Os dados então publicados permitiram medir com rigor a dimensão desta transformação: entre 1991 e 2001, Portugal registou um volume líquido de imigração superior a 400 mil indivíduos, a larga maioria dos quais proveniente dos países africanos de língua oficial portuguesa, do Brasil e da Europa de Leste, área que, não sem alguma surpresa, dada a novidade e inusitada intensidade dos fluxos de imigrantes dela originários, passou a figurar como um dos principais espaços de fornecimento à economia portuguesa de força de trabalho estrangeira.

O crescimento da população estrangeira a residir e a trabalhar em Portugal foi particularmente expressivo na segunda metade da década de 1990 e nos pri-

meiros anos da presente década (Quadro 1), período durante o qual o volume de emprego nacional e a economia portuguesa como um todo cresceram a ritmos superiores ao ritmo médio dos países europeus. Beneficiando da baixa inflação e das baixas taxas de juro – que favoreceram o recurso ao crédito, conduzindo ao aumento do consumo privado e do investimento empresarial –, do momento positivo de alguns sectores de actividade, com realce para a construção civil, e do contributo de importantes investimentos em realizações de iniciativa pública (Expo'98 e Ponte Vasco da Gama, Capital Europeia da Cultura 2001, Campeonato Europeu de Futebol 2004), o crescimento económico e o aumento do volume de emprego a que Portugal assistiu no período em apreço (Quadro 2), a que se liga a alteração do perfil migratório português então registada, ajudaram a alimentar a tese segundo a qual o país estaria a assistir ao fim do grande ciclo emigratório da sua história contemporânea, cuja fase áurea tivera lugar entre 1960 e 1973.

Completada a sua transição demográfica – o crescimento natural do país foi de 3,2% entre 1981 e 1991 e de 0,8% entre 1991 e 2001 –, Portugal deixara de confrontar-se com a tradicional pressão para a emigração decorrente do desfasamento entre o crescimento populacional e o crescimento dos recursos disponíveis, designadamente em matéria de emprego. Por outro lado, as expectativas de mobilidade social pareciam agora mais «realizáveis» no território nacional. O crescimento económico não só contribuía para desmobilizar projectos de mobilidade social associados a percursos emigratórios, como criava mesmo necessidades de uma imigração própria, facto até então desconhecido em Portugal (Peixoto, 1993a: 854-855).

Quadro 1 População estrangeira residente em Portugal

	População Estrangeira Residente em Portugal									
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Total (Milhares)	172,9	175,3	177,8	190,9	207,6	360,8	423,8	444,6	469,1	432,0
Var. Anual (%)	–	1,4	1,4	7,4	8,7	73,8	17,5	4,9	5,5	-7,9

Fonte: OCDE, *International Migration Outlook*, 2007.

A quebra da importância dos fluxos emigratórios, tanto em termos absolutos, como, sobretudo, por comparação com a importância crescente da imigração, aliada à ausência de informação estatística fidedigna sobre a evolução da emigração portuguesa ao longo da década de 1990, contribuiu decisivamente para que o tema fosse progressivamente elidido não apenas do campo das preo-

cupações políticas, geralmente muito influenciável por alterações de conjuntura, mas também da própria esfera da indagação académica, que passou a centrar atenções no estudo da situação das comunidades imigrantes no nosso país.

Números recentemente divulgados apontam, entretanto, para a circunstância de, mesmo no período em que a imigração foi mais intensa, entre 1997 e 2002, Portugal não ter deixado de constituir um ponto de partida de fluxos migratórios com significativa expressão quantitativa. De acordo com o *International Migration Outlook*, publicado em 2007 pela OCDE, o número de portugueses a viver no estrangeiro não só não diminuiu nos anos de transição entre a anterior e a presente década, como há registo de surpreendentes crescimentos de comunidades portuguesas instaladas em alguns países europeus. A população portuguesa a viver no Reino Unido, por exemplo, mais que triplicou entre 1997 e 2002, passando de 27 mil indivíduos, no princípio do período, para 85 mil indivíduos, no seu término (OCDE, 2007a).

Esta ideia é corroborada pela confrontação entre os valores da população residente e da população efectivamente presente no país no momento de realização do censo de 2001, que dá conta de uma diferença de quase 208 mil indivíduos, a maioria certamente ausente do território nacional por se encontrar envolvida em percursos emigratórios de carácter temporário (INE, 2001).

Não obstante estes números, a verdade é que o «surto imigratório» registado em finais da década de 1990 veio alterar, de forma inédita, o pendor da balança migratória portuguesa, aparecendo a muitos como o corolário de um ciclo que, acompanhando o progresso económico do país, se estaria finalmente a «fechar», com o regresso a Portugal de muitos emigrantes e a importação de volumes crescentes de mão-de-obra estrangeira[2].

[2] A noção de «ciclo migratório» é habitualmente usada para descrever a trajectória «esperada» de um dado território, geralmente um país, em matéria de migrações. De acordo com o modelo, essa trajectória desenrola-se geralmente ao longo de cinco fases sucessivas, cada qual supondo um determinado patamar de desenvolvimento económico e social e um específico perfil de fluxos migratórios. A primeira fase do ciclo é a da *saída*. Nesta fase, o desfasamento entre população (crescente) e emprego (limitado), a que muitas vezes se acrescentam outros factores económicos e/ou políticos «repulsivos», encontra correspondência numa elevada taxa de emigração. A fase de *saída* pode ser mais ou menos prolongada e o volume de emigrantes mais ou menos elevado ao longo do tempo. Em Portugal, por exemplo, as saídas atingiram intensidades máximas nas décadas de 1950 e 1960, mas desde pelo menos o início do século XIX que vinham sendo importantes. À fase da *saída* sucede a fase do *ajustamento*. Ajustamento das famílias com membros emigrados, que passam a assumir a emigração como elemento central das suas trajectórias, em muitos casos começando a programar o processo de reagrupamento familiar, e ajustamento das economias locais, por exemplo, através da intensificação da participação das mulheres no mercado de trabalho, da mecanização da agricultura ou da especialização em sectores de actividade menos consumidores de mão-de-obra. A terceira fase do ciclo migratório é a de *consolidação*. Nesta fase, os fluxos migratórios tendem a estabilizar, não obstante o crescimento da importância dos movimentos de reagrupamento familiar. O volume de remessas dos emigrantes para os países de origem aumenta, contribuindo para a melhoria das condições de vida das respectivas famílias. A competitividade das economias dos países de partida pode, porém, ressentir-se, na medida em que a maior liquidez resultante das remessas dos emigrantes tende a contribuir para o aumento da inflação e para a valorização da moeda, prejudicando as exportações. À *consolidação* segue-se uma fase em que o *estabelecimento de redes* [*networking*] adquire grande centralidade. Os emigrantes estão agora mais bem integrados nas comunidades de destino e começam a reconstruir laços com as comunidades de origem. É nesta fase que se estabelecem aquilo que Maria Beatriz Rocha-Trindade (1976) designa por «comunidades dipolares»: por um lado, estabelecem-se, nas regiões de destino, redes

A «crise», porém, depressa viria abalar esta convicção, ao recolocar a emigração no centro das estratégias de reprodução de milhares de famílias portuguesas[3].

2. «Parece que a emigração está outra vez a dar». O fechamento do horizonte de possibilidades de integração profissional e o reinício de um movimento que muitos julgavam encerrado

Ao revelar a natureza fundamentalmente conjuntural do invulgar crescimento da imigração registado nos anos precedentes, a degradação da situação económica do país no período posterior a 2001 e o forte aumento do desemprego que, desde então, se tem feito sentir vieram salientar a precipitação das análises que haviam tomado como dado adquirido a passagem de Portugal de «país de emigração» a «destino de imigração». Em certos casos, terão sido abusivamente generalizadas ao conjunto do país as conclusões de estudos sobre migrações internacionais centrados no caso muito específico da Região de Lisboa e Vale do Tejo; noutros casos, as análises não terão conseguido resistir à sedutora e politicamente confortante ideia de um «salto» português em matéria

de relacionamentos entre compatriotas que asseguram funções tão diversas como a resolução de problemas burocráticos, a superação de situações de desemprego, a guarda dos filhos ou o lazer; por outro lado, retomam-se e reforçam-se as ligações com as colectividades de origem, por exemplo, através da reactivação de associações locais, da criação de centros comunitários ou do sempre relevante e colectivamente vivido processo de construção de casa na terra natal. A última fase do *ciclo migratório* de um país ou região é a do *regresso*. O regresso dos emigrantes originais é muitas vezes acompanhado pelo regresso dos seus descendentes. Nesta fase, é também possível que o país de origem destes emigrantes que regressam se torne um destino de imigração. O modelo do *ciclo migratório* não se aplica igualmente a todas os países e regiões, podendo verificar-se salto ou sobreposição de etapas, reversão da sua sequencialidade típica ou interrupção do processo num dos seus momentos intermédios. O caso português e, em particular, a evolução recente do perfil migratório do país, é um bom exemplo do que acaba de se afirmar. Para uma descrição mais desenvolvida da noção de «ciclo migratório», cf. OCDE (2007b).

[3] A ideia de que Portugal «deixou de ser um país de emigração e passou a ser um país de imigração», porventura o lugar-comum mais vezes repetido a propósito da evolução do perfil migratório português ao longo da última década e meia, continua, não obstante a diminuição recente do número de estrangeiros que procuram o nosso país para trabalhar e o significativo aumento das migrações internacionais protagonizadas por portugueses, a ser muito incidente, mesmo no discurso daqueles que, em Portugal, mais de perto lidam com o fenómeno migratório. Ainda no final de 2007, quando participávamos num *workshop* sobre «emigração e imigração em Portugal», ouvíamos um inspector do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do distrito de Viseu começar a sua intervenção dizendo que, «como todos sabíamos», Portugal «deixara de ser um país de emigrantes e passara a ser um país de imigrantes». Apesar de os participantes no evento serem, na sua maioria, jovens dos PALOP envolvidos num projecto de acolhimento de estudantes estrangeiros, promovido por uma escola profissional local, facto que talvez tenha sugestionado o inspector do SEF, a verdade é que a afirmação sobre a transformação de Portugal num «país de imigração» não só não encontrava correspondência nos dados apresentados – que davam conta de uma tendência de diminuição do número de entradas de estrangeiros no nosso país depois de 2005 –, como aparecia em total contradição com o que, nos últimos tempos, e, em especial, no distrito de Viseu – um dos contextos territoriais onde a emigração para Espanha de operários da construção civil assume actualmente maiores proporções, afectando com particular relevo os concelhos mais deprimidos da margem sul do Douro, como Resende, Cinfães, Castro Daire ou Tarouca –, voltara a ser «notícia» em matéria de migrações. As razões deste desfasamento entre discurso e realidade não estão plenamente estudadas, mas são óbvias as suas implicações políticas, desde logo porque o desfasamento em causa representa, se não uma leitura distorcida, pelo menos uma leitura parcial da evolução económica e social recente do país.

de desenvolvimento, que estaria a fazer convergir o país com as economias mais desenvolvidas, importadoras de mão-de-obra.

Seja como for, a verdade é que muito do que se disse sobre as mudanças operadas no perfil migratório português e as perspectivas de evolução das migrações internacionais com origem em, ou destino a, Portugal acabou por reflectir, quando não um desejo (*wishful thinking*?), uma visão parcelar e momentânea da realidade, mais do que uma reflexão crítica e distanciada sobre a evolução estrutural da economia e sociedade portuguesas.

Desde 2002, com a economia portuguesa a crescer a níveis irrisórios e o desemprego a aumentar de forma muito significativa, não só tem o país visto diminuir progressivamente a sua atractividade face aos movimentos imigratórios – como revelam os dados do supramencionado estudo da OCDE, que apontam para uma diminuição da população estrangeira a residir em Portugal na ordem dos 8% entre 2004 e 2005 (Quadro 1) –, como se assiste à retoma, com renovada e, de certo modo, surpreendente intensidade, do fenómeno da emigração, que mais uma vez parece funcionar como «válvula de escape» para milhares de trabalhadores sem emprego ou sem perspectivas de realização, no território nacional, das suas expectativas de mobilidade social.

Sem querer negar a complexidade das relações entre os múltiplos factores na base da decisão de emigrar – decisão que envolve sempre a interacção muito difícil de reconstituir do ponto de vista analítico entre *condicionalismos estruturais* (conjuntura económica e níveis de desemprego, situação dos mercados de emprego locais, diferencial de rendimento entre regiões de origem e de destino, políticas de imigração destas últimas), *dinâmicas familiares* (dimensão do grupo doméstico, volume de rendimentos disponível, estratégias face à escolarização dos membros mais novos, rupturas de diversa ordem) e *projectos individuais*, e deixando para a segunda parte deste artigo a análise sobre o modo concreto como, em contextos socioeconómicos específicos, se criam e reproduzem as disposições para a migração –, parece adequado perspectivar o crescimento recente dos fluxos migratórios com origem no território português como manifestação das persistentes fragilidades do país em matéria de desenvolvimento, tanto no que respeita ao seu posicionamento no sistema económico internacional, como no que respeita ao nível de coesão regional interna.

Se, aceitando a sugestão de Peixoto (1993b: 858), nos questionarmos, a partir da análise dos movimentos migratórios portugueses recentes, sobre qual é o estatuto do nosso país no plano internacional, então teremos de concordar que Portugal mantém, em grande medida, a sua condição de semiperiferia europeia fornecedora de mão-de-obra desqualificada para os países mais desenvolvidos. A reprodução da condição semiperiférica do nosso país traduz, de resto, a disparidade, aprofundada nos últimos anos, entre os ritmos de crescimento económico, os níveis de rendimento e poder de compra e o movimento de qualificação da força de trabalho em Portugal e na União Europeia (Quadro 2).

Quadro 2 Evolução dos principais indicadores económicos

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Taxa de crescimento anual do PIB (%)												
União Europeia (27)	-	3,0	3,0	3,9	2,0	1,2	1,3	2,5	2,0	3,1	2,9	2,0
União Europeia (15)	-	3,0	3,0	3,9	1,9	1,2	1,2	2,3	1,8	2,9	2,7	1,7
Espanha	-	4,5	4,7	5,0	3,6	2,7	3,1	3,3	3,6	3,9	3,7	2,2
Portugal	-	4,9	3,8	3,9	2,0	0,8	-0,8	1,5	0,9	1,4	1,9	1,7
PIB per capita em PPC (UE 27 = 100)												
União Europeia (27)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-
União Europeia (15)	115,5	115,4	115,3	115,2	114,8	114,3	113,7	113,2	112,7	112,1	111,6	-
Espanha	93,3	95,3	96,3	97,3	98,1	100,5	101,0	101,0	102,6	104,7	106,6	-
Portugal	76,1	76,6	78,3	78,0	77,3	77,0	76,7	74,6	75,2	74,3	74,6	-
Investimento das empresas (FBCF em % PIB)												
União Europeia (27)	-	17,8	18,1	18,4	17,8	17,3	17,0	17,2	17,7	18,2	18,7	-
União Europeia (15)	17,1	17,6	17,9	18,2	17,7	17,2	17,0	17,2	17,7	18,2	18,6	-
Espanha	18,7	19,8	21,2	22,7	22,7	22,7	23,6	24,7	25,8	26,9	27,2	-
Portugal	20,7	22,5	22,8	23,3	22,6	21,4	19,8	19,5	19,3	19,3	19,5	-
Taxa de desemprego (%)												
União Europeia (27)	-	-	-	8,7	8,5	8,9	9,0	9,0	8,9	8,2	7,1	-
União Europeia (15)	9,8	9,3	8,5	7,7	7,2	7,6	7,9	8,1	8,1	7,7	7,0	-
Espanha	16,7	15,0	12,5	11,1	10,3	11,1	11,1	10,6	9,2	8,5	8,3	-
Portugal	6,7	5,0	4,5	4,0	4,1	5,1	6,4	6,7	7,7	7,8	8,1	-

Fonte: Eurostat, *Structural Indicators*. Informação disponível em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/.

Nota: A taxa de crescimento anual do PIB para 2008 corresponde a uma estimativa. A evolução recente da conjuntura económica mundial obrigou já a uma revisão em baixa dos valores deste indicador.

No plano interno, por sua vez, as assimetrias inter-regionais em matéria de desenvolvimento explicam, por um lado, a distribuição extremamente desigual pelo território nacional dos pontos de origem dos fluxos migratórios e, por outro lado, o facto singular de Portugal ser, nos últimos anos, simultaneamente um país emissor e receptor de migrantes. Enquanto a Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta um perfil marcadamente «europeu», figurando como pólo de atracção de migrantes – nacionais e estrangeiros –, vastas áreas das regiões menos desenvolvidas do país vêem acentuar-se a sua condição de bacias de fornecimento de mão-de-obra desqualificada para o crescimento urbano-industrial dos territórios com maiores índices de desenvolvimento – em Portugal e, cada vez mais, fora do país.

Está nesta situação grande parte da Região Norte, em particular a que fica situada para lá dos limites da Área Metropolitana do Porto. A contracção das actividades industriais tradicionais (têxteis, vestuário, calçado, madeiras e mobiliário), muito expostas à concorrência internacional, tem originado uma acentuada diminuição do volume regional de emprego (Quadro 3), ora em virtude da incorporação de tecnologia e da modernização dos processos produtivos, ora, mais frequentemente, na sequência do encerramento ou deslocalização de unidades produtivas. No mesmo sentido tem operado o declínio da importância das indústrias extractivas e, sobretudo, a quebra da vitalidade do sector da construção, tradicionalmente muito empregador[4].

De acordo com os dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional, os distritos de Aveiro, Porto e Braga – os mais afectados pelo aumento recente do desemprego – terão visto cerca de 90 mil pessoas perder os seus postos de trabalho entre 2000 e 2006[5].

O aumento do desemprego tem afectado com particular intensidade os fortemente industrializados Vales do Sousa e Ave, em especial os concelhos cujo perfil produtivo é mais especializado. Em Felgueiras, por exemplo, o número de desempregados multiplicou-se quatro vezes e meia entre 2001 e 2006 (terá passado de cerca de 1 000 para mais de 4 500 indivíduos); no mesmo período, o número de desempregados residentes em Paços de Ferreira mais que triplicou (de cerca de 750 para mais de 2 300 indivíduos).

[4] Segundo o INE, o índice de produção na construção e obras públicas (corrigido da sazonalidade) vem decaindo com bastante intensidade desde 2001: de 104,5, nesse ano, passou para 75,1, em 2007. A evolução recente do índice de emprego no sector acompanha inevitavelmente esta tendência: de 104,5, em 2001, passou para 80,3, em 2007. Trata-se de um excedente de mão-de-obra que parece ter encontrado na emigração a principal resposta para os seus problemas de integração no mercado de trabalho nacional.

[5] Cf. o artigo da jornalista Alexandra Figueira, «Porto, Aveiro e Braga com mais 90 mil sem trabalho desde 2000», publicado no Jornal de Notícias de 17 de Maio de 2006. Os dados do IEFP podem ser conferidos em http://www.iefp.pt.

Quadro 3 Taxa de desemprego (1981-2001) e evolução recente do número de desempregados (2001-2006)

	Taxa de Desemprego (%)									Var. Desemprego (%)		
	1981			1991			2001			2001-2006		
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Portugal	4,1	11,8	6,8	4,2	8,9	6,1	5,2	8,7	6,8	36,0	35,0	35,4
Norte	5,1	12,0	7,7	3,8	6,5	5,0	5,2	8,6	6,7	66,2	82,0	75,1
AM Porto	4,8	11,9	7,6	4,7	7,7	6,0	6,8	9,4	8,0	54,2	60,2	57,4
Com. Urb. Vale do Sousa	4,0	16,3	7,7	2,6	5,1	3,5	2,9	5,6	4,1	142,3	154,3	149,3
Castelo de Paiva	4,6	11,0	6,5	5,0	17,4	9,3	4,5	13,6	8,3	52,9	129,2	104,9
Felgueiras	3,9	9,7	6,1	2,3	3,1	2,6	3,2	4,3	3,7	272,7	369,2	323,2
Lousada	4,5	20,0	9,4	2,1	2,5	2,3	2,9	4,5	3,6	126,2	143,3	135,3
Paços de Ferreira	3,2	16,3	7,1	1,7	3,3	2,3	2,1	3,6	2,7	208,3	206,4	207,3
Paredes	3,8	19,8	7,8	2,4	7,0	4,0	2,8	6,1	4,2	115,7	109,8	112,1
Penafiel	4,3	19,6	8,7	3,3	6,0	4,2	3,0	7,0	4,6	67,5	70,7	69,5

Fontes: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1981, 1991 e 2001. IEFP, *Desemprego Mensal Concelhio 2006* (informação disponível em http://www.iefp.pt).

Nota: A taxa de variação do desemprego entre 2001 e 2006 deve ser analisada como se de uma estimativa se tratasse, visto que INE e IEFP calculam de forma diferenciada o respectivo número de desempregados.

O fechamento do horizonte de possibilidades de inserção profissional, numa região onde a qualificação da mão-de-obra é, em média, bastante baixa, dificultando a reconversão de trajectórias e o acesso a sectores de actividade que não os tradicionais («em crise»), tem encontrado tradução no crescimento dos fluxos de saída do país, assim se compensando as debilidades do tecido produtivo regional, visivelmente incapaz, por um lado, de absorver a força de trabalho disponível e, por outro lado, de competir com alguns aspectos particularmente atractivos dos mercados de trabalho internacionais, designadamente em matéria salarial[6].

Vale a pena relembrar, a este propósito, que a degradação da situação económica e do emprego no nosso país no período posterior a 2001 foi contemporânea de movimentos inversos protagonizados por outras economias europeias,

[6] Quando confrontados com um pedido de reflexão sobre os principais motivos na base da sua decisão de emigrar, os trabalhadores portugueses empregados em Espanha que tivemos oportunidade de entrevistar mencionaram, quase invariavelmente, a conjugação destes dois factores: por um lado, as limitações à inserção profissional decorrentes da evolução recente do sistema de emprego regional (e nacional) e, por outro lado, as vantagens comparativas, sobretudo em termos salariais, da emigração («temos de ir ganhar o pão a algum lado», «mal por mal, mais vale lá fora, que sempre se ganha mais», «aqui não dá», «em Espanha compensa mais», «a diferença é entre ganhar quatrocentos por mês ou quatrocentos por semana», «se fosse em Lisboa era a mesma coisa, é só por dizer que estou noutro país» – e os exemplos de respostas poderiam prosseguir).

o que veio favorecer o reforço da atractividade destas últimas enquanto espaços de acolhimento da força de trabalho portuguesa em situação de desemprego (efectiva ou potencial) ou em busca de melhor situação salarial. O caso espanhol é paradigmático do que acaba de se afirmar. Com efeito, os últimos dez anos foram, no país vizinho, de acentuado crescimento económico, de aumento do investimento das empresas e do consumo privado e de expansão do emprego (revejam-se os dados compilados no Quadro 2). Com um modelo de desenvolvimento assente, em larga medida, no sector imobiliário, um mercado de trabalho altamente segmentado (sendo a construção civil um exemplo acabado disso mesmo) e níveis remuneratórios muito superiores aos praticados em Portugal, não admira que Espanha depressa se tenha perfilado como um destino de eleição de milhares de trabalhadores portugueses confrontados com o fechamento do horizonte de possibilidades de integração profissional registado nos últimos anos no nosso país e, em particular, na Região Norte. As facilidades de deslocação proporcionadas pela melhoria dos meios de transporte e das vias de comunicação – que permite que trajectos outrora penosos se cumpram hoje em poucas horas e em condições de conforto bastante aceitáveis, fornecendo a oportunidade antes insensata, quando não impensável, de regresso a casa a cada fim-de-semana ou, pelo menos, uma vez por quinzena – são apenas mais um factor que ajuda a explicar a atractividade do país vizinho face aos fluxos migratórios com origem em Portugal.

Com a «crise» cá dentro e o «crescimento» lá fora, eis que a emigração volta «outra vez a dar»[7]. Para algumas famílias, numa região tradicionalmente habituada a contornar a «crise» através do recurso à emigração, a grande novidade talvez tenha sido o destino agora predominante – Espanha – e, bem assim, a possibilidade inédita de regressar a casa semanal ou quinzenalmente. Para outras, com activos habitualmente empregados na construção civil, a novidade foi a substituição da migração pendular interna pela migração pendular internacional. Para outras ainda, a emigração representou a adopção de uma estratégia de reprodução até então não experimentada – e possivelmente em divergência com trajectórias profissionais e percursos de mobilidade geográfica anteriores.

Se quisermos, entretanto, deter-nos um pouco mais detalhadamente na análise da evolução recente da emigração portuguesa, o primeiro aspecto a destacar é a ausência de informações que autorizem uma caracterização precisa da mesma. As limitações do sistema estatístico nacional, por um lado, e a geografia e morfologia complexas dos fluxos migratórios internacionais com origem no nosso país, por outro, tornam particularmente árdua a delimitação do fenó-

[7] Cf. a notícia do Jornal de Notícias de 2 de Dezembro de 2006, S/a, «Parece que a emigração está outra vez a dar».

meno, o que, de certo modo, vimo-lo já, tem contribuído para a relativa elisão do tema da agenda política e das preocupações do campo académico[8].

Desde a década de 80, aliás, com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, a flexibilização do mercado de trabalho europeu e a consequente transformação das principais características da emigração – que passou a ser essencialmente temporária –, que é extremamente difícil definir com rigor o número de portugueses envolvidos em migrações internacionais. O próprio conceito de «emigração» reveste-se hoje de grande ambiguidade, na medida em que ora agrupa sob uma mesma designação realidades tão diversas como as da emigração «tradicional» (de carácter permanente), da emigração sazonal e das deslocações casa-trabalho transfronteiriças (de intensidade diária, semanal ou quinzenal), ora exclui do seu âmbito algumas destas modalidades de transferência geográfica de força de trabalho.

Alguns dados recentemente divulgados merecem, entretanto, que lhes dediquemos alguma atenção. Segundo a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, o número de portugueses a viver no estrangeiro não parou de aumentar ao longo dos últimos vinte anos: entre 1987 e 1997, o crescimento da comunidade portuguesa no estrangeiro aproximou-se dos 18% (passou de 3 934 450 para 4 631 482 indivíduos); entre 1997 e 2007, o crescimento foi menor, mas não deixou de ser significativo, rondando os 7% (de 4 631 482 para 4 948 057 indivíduos). Nesta última década, terão emigrado, em média, cerca de 30 mil portugueses por ano[9].

Desde 2002, em consequência da situação regressiva da economia portuguesa e do acentuado aumento do desemprego, as migrações internacionais com origem no nosso país têm visto o seu ritmo intensificar-se. A população portuguesa a viver no Reino Unido, por exemplo, passou de 58 mil indivíduos, em 2001, para 85 mil indivíduos, em 2002 (+47%), mantendo-se nesse patamar até 2005, ano dos últimos dados disponíveis. O crescimento dos imigrantes portugueses no período 2001-2005 foi também muito forte em Espanha (+40%, de 42 660 para 59 800 indivíduos), Suíça (+24%, de 135 500 para 167 300 indivíduos) e Luxemburgo (+13%, de 59 800 para 67 800 indivíduos). Há ainda registos de um aumento do número de imigrantes portugueses em países como

[8] Só recentemente – e, em boa medida, por efeito da visibilidade que crescentemente lhe tem sido concedida pelos *media* – voltou o fenómeno da emigração a integrar a agenda política nacional, tendo inclusivamente sido constituído, em meados de 2008, pela Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, em colaboração com o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, um *Observatório da Emigração*, com vista à superação das lacunas que se admite continuarem a existir no que respeita à avaliação qualitativa e quantitativa da emigração portuguesa. Em Maio de 2008, o Presidente do Conselho das Comunidades Portuguesas, Carlos Pereira, afirmava que, após uma visita à Córsega, ficara com a «sensação de um recuo no tempo», para a altura da «vaga de emigração de há 35 ou 40 anos atrás». Cf. o artigo da Lusa de 5 de Maio de 2008, S/a, «Conselho das Comunidades diz que há indicadores que apontam para aumento da emigração».

[9] Cf. as informações disponibilizadas pela Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas em http://www.secomunidades.pt.

os Estados Unidos da América, Canadá, Bélgica, Holanda, Irlanda, Andorra e Angola (OCDE, 2007a).

Estes números tendem, entretanto, a sub-representar a verdadeira dimensão da emigração portuguesa, na medida em que são frequentemente incapazes de medir com rigor os valores da emigração temporária ou sazonal e das deslocações casa-trabalho transfronteiriças (aquilo a que chamamos *emigração pendular*). De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Norte, trabalhavam em Espanha, no início de 2007, só neste sector de actividade, mais de 70 000 portugueses, a maioria oriunda de concelhos do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, a maioria regressando a Portugal a cada fim-de-semana, semanal ou quinzenalmente[10]. Trata-se de um número que as organizações de trabalhadores e a comunicação social têm apresentado como estando em notório processo de crescimento desde, pelo menos, 2004 e que só agora parece eventualmente poder deter-se, em virtude da degradação da situação económica do país vizinho[11].

Se a delimitação quantitativa da evolução recente do movimento migratório português não se afigura fácil, mais difícil será seguramente a caracterização sociográfica rigorosa destes «novos emigrantes». O que os dados do último *Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída* promovido pelo INE nos dizem – e que a pesquisa de terreno que temos vindo a desenvolver corrobora amplamente – é que o retrato sociográfico dos emigrantes sobre os quais foi possível obter informação não era, em 2003, muito diferente do que podia ser esboçado há vinte ou trinta anos atrás. São ainda os jovens menos escolarizados das regiões Norte e Centro do país que mais emigram. De acordo com o estudo citado, mais de três quartos dos portugueses que, em 2003, emigraram eram do sexo masculino. Quase metade (45%) tinha entre 15 e 29 anos de idade; apenas 30% tinha 45 ou mais anos. Relativamente ao nível de instrução, os números dizem-nos que 90% dos emigrantes registados tinham cumprido, no máximo, nove anos de escolaridade; cerca de metade não tinha ultrapassado, ou sequer atingido, a 4ª classe. A maioria destes emigrantes residia nas Regiões Norte e Centro (41% e 22%, respectivamente) e saía do país para trabalhar na construção civil, no sector agro-pecuário, na indústria transformadora e nas actividades menos qualificadas do sector terciário: serviços de limpeza, hotelaria, restauração (INE, 2003).

[10] Cf. o artigo da jornalista Isabel Forte, «Milhares de operários do Marco de Canaveses partiram para Espanha», publicado no Jornal de Notícias de 12 de Janeiro de 2007.

[11] Os últimos dados veiculados pela comunicação social davam conta da existência em Espanha, em meados de 2008, de mais de 80 mil trabalhadores portugueses registados na Segurança Social daquele país. A estes, deve ser acrescentado um número indeterminado de trabalhadores laborando em Espanha mas empregados em firmas nacionais e, portanto, inscritos (ou não) na Segurança Social portuguesa. É crível, entretanto, que a contracção das actividades construtivas e a degradação geral da situação económica em Espanha venha a contribuir nos próximos tempos para a diminuição do número de portugueses a trabalhar no país vizinho. Cf. o artigo da Lusa de 28 de Abril de 2008, S/a, «Menos 826 portugueses em Espanha».

3. O contributo da análise disposicional para o debate sobre os fenómenos migratórios

O crescimento recente das migrações com origem no nosso país abre, do ponto de vista analítico, pelo menos dois horizontes de pesquisa potencialmente muito frutíferos: por um lado, ao obrigar os investigadores a recolocarem a emigração no centro das suas preocupações, assim recentrando o debate científico sobre os fenómenos migratórios, desafia a renovação de olhares, tanto do ponto de vista teórico, como do ponto de vista da prática de pesquisa; por outro lado, ao motivar o estudo dos quadros de vida dos protagonistas desta «nova emigração de sempre», abre portas a um aprofundamento do conhecimento sociológico acerca do quotidiano social e profissional das classes populares no Portugal contemporâneo.

Foi com estes dois horizontes de pesquisa em mente que nos interessámos pelo estudo dos fluxos emigratórios que, nos últimos anos, vêm pontuando o quotidiano de milhares de famílias do Noroeste Português. Confrontados com a crescente incidência do fenómeno nos contextos socioterritoriais que vínhamos estudando há largos meses – duas colectividades locais do Vale do Sousa onde o operariado (maioritariamente industrial, no caso de Rebordosa, Paredes, e maioritariamente empregado na construção civil, no caso de Fonte Arcada, Penafiel) ocupa um lugar central nas respectivas estruturas socioprofissionais –, e sensíveis à importância que, para milhares de famílias da região, o emprego fora do país, em particular no sector da construção civil espanhol, hoje assume, decidimos dedicar parte da nossa atenção ao fenómeno.

O objectivo passava por conhecer os contornos desta condição migrante, tanto do ponto de vista da sua génese, como do ponto de vista dos seus efeitos. Depressa, porém, percebemos que a investigação junto de operários da construção civil portugueses empregados em Espanha estava longe de ser apenas um estudo sobre migrações; na verdade, ela possibilitava uma aproximação sensível ao modo como a «crise» tem vindo a transformar, no nosso país, a condição operária, ao impor-lhe novas e particularmente intensas formas de precarização.

Noutro lugar (Queirós, 2009), puderam ser avançadas algumas ideias a propósito das consequências pessoais, familiares e colectivas desta emigração pendular protagonizada por milhares de trabalhadores do Noroeste Português. Trata-se de um horizonte de problematização que aqui voltamos a perscrutar, mas cujo aprofundamento deixaremos para momentos futuros de difusão pública dos resultados da pesquisa em curso. As linhas que se seguem focar-se-ão primordialmente num outro problema, de resto o problema clássico da sociologia das migrações, a saber, o da definição e interpretação dos motivos pelos quais os agentes sociais migram. Antes, porém, de tentarmos descrever genericamente o que pode significar de avanço para a análise dos fenómenos migratórios a perspectivação do problema em termos *disposicionais*, vale a

pena determo-nos, ainda que brevemente, sobre o que tem sido a evolução do debate teórico acerca deste assunto[12].

O que mais visivelmente sobressai de um percurso rápido pelo património de reflexão da sociologia das migrações é que a maioria das respostas à questão relativa aos factores na base da decisão de migrar se posiciona junto a um dos pólos da dicotomia clássica da teoria sociológica – a que opõe o «micro» ao «macro», o ponto de vista do «indivíduo» ao ponto de vista da «estrutura». A discussão em torno da importância relativa de cada tipo de factores é igualmente muito comum. Serão os «factores económicos» aqueles que mais pesam? Ou, pelo contrário, os «factores culturais» são mais importantes? E os condicionalismos impostos pelos «factores políticos», não serão eles igualmente decisivos?

Quando se destaca a importância dos factores económicos, as explicações mais próximas do pólo individualista recorrem muitas vezes ao modelo da escolha racional, segundo o qual os migrantes, munidos de informação sobre os desequilíbrios salariais ou de emprego entre regiões, optam racionalmente por se deslocar para onde se ganha mais ou para onde simplesmente há mais oportunidades de trabalho e de mobilidade profissional (e social) ascendente. As perspectivas estruturalistas, por seu turno, preferem falar em mercados de trabalho «duais» ou «segmentados». De acordo com estas explicações, as migrações são sobretudo o resultado da resposta dos agentes sociais à existência de desequilíbrios económicos e desigualdades de desenvolvimento entre regiões e à consequente existência de lugares «secundários» nos mercados de trabalho de destino, que, por não serem ocupados por locais, que «já não os querem», têm de ser preenchidos por imigrantes.

As explicações «económicas», sejam elas mais «individualistas» ou mais «estruturalistas», não aclaram, entretanto, por que razão os desequilíbrios salariais ou de emprego nem sempre geram movimentos migratórios entre países ou regiões. O Portugal da segunda metade da década de 1970 e início da década de 1980 é um bom exemplo disto mesmo, já que à degradação da situação económica do país e ao forte aumento do desemprego então registados não correspondeu uma elevação das taxas de emigração, que haviam baixado muito depois do grande movimento de saída do país ocorrido no período 1960-1973 (cf. Peixoto, 1993b). Nestes casos, os factores políticos e institucionais são geralmente trazidos a lume, destacando-se, por exemplo, a importância das restrições políticas à imigração determinadas pelos países mais desenvolvidos, as quais funcionam como bloqueadores dos movimentos migratórios de base económica, ou, num registo novamente mais próximo do pólo «individualista», a importância da avaliação que os potenciais migrantes fazem das dificuldades de reconhecimento das suas credenciais pelas associações profissionais dos países de destino escolhidos.

A juntar às explicações «económicas» e «políticas», há ainda as perspectivas que preferem destacar a importância de factores «sociais» ou «culturais».

[12] Seguiremos aqui de perto a revisão do «estado da arte» apresentada por Peixoto (2002).

O fraco conhecimento da língua e cultura do país de destino, por exemplo, pode gerar nalguns agentes sociais munidos de recursos linguísticos escassos e de fraco capital social especiais resistências à mobilidade geográfica internacional associada à procura de emprego ou mesmo ao reagrupamento familiar. Por outro lado, uma história familiar muito marcada por experiências bem sucedidas de migração pode ajudar a «naturalizar» a decisão de migrar, favorecendo a sua concretização.

Conscientes das limitações heurísticas decorrentes do posicionamento exclusivo junto a uma das linhas de explicação disponíveis, e confrontadas com o carácter complexo e dinâmico da realidade migratória de uma região ou de um país (mesmo se analisada sincronicamente, por referência a um momento histórico e socioeconómico devidamente circunscrito), muitas análises acabam por não conseguir apresentar muito mais do que conclusões genéricas acerca da necessidade de conjugação das diferentes perspectivas sobre o problema (conjugação do «micro» com o «macro», do «económico» com o «cultural» e o «político»).

Ora, o que uma análise das migrações em termos disposicionais oferece é, por um lado, a possibilidade de superação das dicotomias clássicas da teoria sociológica («micro» vs. «macro», «indivíduo» vs. «estrutura») e, por outro lado, a oportunidade de aceder mais de perto aos aspectos vividos – inscritos no corpo e no espírito – dos processos migratórios. De acordo com esta perspectiva, a *disposição para a migração*, por ser precisamente uma disposição e, por isso, fazer parte de um sistema de disposições duráveis e transponíveis – o *habitus* – com os quais os agentes sociais confrontam os constrangimentos e as solicitações do meio social existente, não pode ser compreendida se não se reconstituir analiticamente esse sistema de disposições, produto de toda a experiência biográfica, pois é ele que constitui o princípio da eficácia dos «estímulos» que motivam a migração – «estímulos convencionais e condicionais [que] não podem exercer-se senão sobre organismos dispostos a percebê-los» (Bourdieu, 2002: 75). Sob este ponto de vista, a emigração pendular para Espanha não é mera decorrência da «crise» ou do «crescimento económico» do país vizinho. Também não é apenas o resultado da «escolha racional» dos agentes ou da política de imigração expansiva do governo espanhol. E, muito provavelmente, não é o produto da «conjugação de todos estes factores» (mesmo que seja, uma afirmação como esta nada adianta do ponto de vista propriamente sociológico…). Na verdade, ela é o resultado do encontro de uma disposição com as condições da sua actualização, uma prática gerada no cruzamento de um sistema de disposições com uma estrutura de oportunidades – cujo estudo supõe não apenas um enquadramento teórico específico, mas igualmente uma abordagem metodológica capaz, precisamente, de reconhecer, descrever e analisar, a partir de casos histórica e socialmente delimitados, essas estruturas de oportunidades e esses sistemas de disposições.

PARTE II

Uma etnografia da simultaneidade. Condição migrante e posições operárias

4. Recomposição do espaço social e ponto de vista sociológico

O que uma etnografia da condição migrante oferece, ao focar-se nos espaços físico e social em que tal condição se realiza e no seu carácter ínsito nos corpos, é, como adiantámos no ponto anterior, a possibilidade de romper quer com as explicações fundadas na concepção da migração enquanto acção mecânica resultante de um ajustamento estrutural, quer com a ideologia da deliberação racional e maximizadora generalizada a um conjunto homogéneo de actores calculadores. A passagem de uma leitura da «crise em contexto» para uma leitura da «crise como contexto» (cf. Vigh, 2008) permite compreendê-la como terreno de acção e significado e capturar as consequências sociais e experienciais na sua actualidade. Desta maneira, a «crise» deixa de ser entendida como uma amálgama de acontecimentos singulares, que seria somente acessível «após o evento», para passar a ser vista como um «processo a decorrer» e compreendida na realidade da sua fragmentação como «estado de incoerência somática, social ou existencial» (Vigh, 2008: 9).

O trabalho de observação levado a cabo, separadamente, em duas colectividades locais da região do Vale do Sousa permitiu entender os trajectos pendulares realizados semanalmente por uma equipa de trolhas para lá da aparência de uma opção profissional pela mobilidade geográfica. As idiossincrasias das «viagens para Espanha» desviam ou ocultam a relação entre os processos de compulsão económica e desestruturação social (como o desemprego e o endividamento) que participam da recomposição do espaço social local e as estratégias geradas por agentes sociais do operariado para lidarem com uma situação social que, apesar de poder eventualmente ser encarada como extraordinária, permanece nos limites objectivos dos seus esquemas de análise e de acção. A observação de terreno levada a cabo na pequena cidade de O Carballiño (Galiza, Espanha) possibilitou estudar o contexto imediato de um grupo de operários da construção civil e, ao mesmo tempo, tornou evidente a diversidade de trajectórias pessoais e colectivas unificadas numa mesma situação de migração.

A proposta de George Marcus de uma etnografia orientada para processos e conexões procura reconstruir teoricamente uma realidade cuja contextura social é co-produzida numa multiplicidade de lugares socialmente interligados e geograficamente espalhados (Marcus, 2007: 5). Esta «etnografia móvel»

procura capturar o sistema de relações que define uma realidade local que é produzida «em qualquer outra parte, através de relações e actividades dispersas» (Marcus, 2007: 7). No caso da emigração, trata-se de «seguir as pessoas» [*follow the people*] e realizar uma etnografia «espessa e fluida» [*thick and thin*], isomórfica ao «mapa de um processo» de deslocamento simultaneamente geográfico e social (Marcus, 2007: 12). Dessa maneira, produz-se uma *etnografia da simultaneidade*: o «espaço-tempo da etnografia» pode ser criado reagrupando as «relações existentes» – imaginadas ou reais – que conferem uma densidade específica ao objecto de estudo (uma determinada «justaposição, montagem ou rede»). O contexto de significância não é a «localização no espaço» mas sim a «localização no tempo – a detalhada situacionalidade "no contemporâneo"» (Marcus, 2007: 23).

O trabalho de David Fitzgerald (2006) salienta igualmente diversas dimensões metodologicamente relevantes para a realização de um trabalho etnográfico sobre as migrações. Em primeiro lugar, é necessário conciliar uma família de métodos que envolva um contacto directo com os agentes e susceptível de ser operacionalizada de forma a revelar a extensão – social e geográfica – da experiência da emigração («multi-sited *fieldwork*»). Em segundo lugar, é preciso refutar os preconceitos relativos a um «nacionalismo metodológico» no momento de constituição do objecto teórico. Em terceiro lugar, há que realizar um trabalho de historicização do processo migratório e da constelação de espaços interligados por ele. Por fim, a investigação deve implicar-se na elaboração de um projecto de investigação teoricamente sustentado que estabeleça a representatividade (ou «tipicalidade») de um caso particular. «Seguir os migrantes ao longo da sua trajectória ou circuito de um modo que seja etnográfica e historicamente sensível é a melhor maneira de destrinçar a dinâmica da génese, retenção e dissolução» da emigração (Fitzgerald, 2006: 18). Obviamente, trata-se não só de seguir as pessoas na sua deslocação imediata, mas ainda de compreender as influências que o cruzamento através de diferentes ambientes produz sobre as suas experiências vividas. Haverá, portanto, que realizar uma «investigação intensiva em vários lugares conectados seleccionados pela sua produtividade teórica potencial», nomeadamente através do «método de local alargado» [*extended-place method*] (Fitzgerald, 2006: 20).

5. «Parecenças de família»

A compreensão da génese social de formas de «interesse» historicamente variáveis supõe, justamente, a compreensão da lógica real imanente das práticas dos agentes sociais. A propensão e aptidão a intuir ou reconhecer uma «oportunidade» e a concretizar um «investimento» («arriscar ir») na migração pendular para Espanha, decorre de um senso prático incorporado na forma de um

sistema de preferências e de um horizonte de futuros prováveis. A experiência de «ir para Espanha» revela uma «estratégia» económica implícita e razoável – mais do que racional – que exibe «parecenças de família» (Wittgenstein, 2002: 228) com o conjunto de vivências quotidianas de um operariado (socialmente) periférico. Na realidade, sob a aparente originalidade desta modalidade específica de lidar com processos de tendencial precarização da região dominada do espaço social encontra-se a mesma medição disposicional, gerada por uma história individual e colectiva partilhada por agentes submetidos a idênticas condições e condicionamentos sociais, que unifica a diversidade de experiências e contextos de interacção continuamente constituídos e constituidores dessa experiência do mundo social.

As estratégias económicas de um grupo que está histórica e estruturalmente submetido a duradouras relações de conivência com a informalidade económica e inclinado a aproveitar as (estreitas) margens de liberdade associadas à subalternidade social trazem a marca dessa imersão durável e reiterada a circunstâncias de confinamento económico e social – entretanto agravadas pela conjuntura de «crise» – e das exigências tácitas que todo o espaço físico e social exige dos seus ocupantes («ter uma noção das coisas», «saber o que é a vida»). «A compreensão mútua entre o corpo (re)socializado e o espaço objectivado naturaliza as distâncias e os limites sociais inscrevendo-os infra-conscientemente em posturas de deferência, num sentido do lugar apropriado e do valor próprio, e numa sensibilidade ajustada às práticas e bens plausíveis e adequados à "gente da nossa laia"» (Charlesworth e Monteiro, 2008: 4). A cumplicidade ontológica entre a história incorporada e a histórica objectivada que contribuiu para a fazer, explica a visão realística da realidade social que permite a estes agentes sociais converter a compulsão económica numa expressão de fatalismo («temos de nos sujeitar») ou, inclusive, transformá-la num exemplo de veredicto e deliberação pessoais («nascemos para isto»)[13].

A migração para Espanha é sobretudo uma *e-migração* e deve, portanto, ser lida a partir da história das estruturas sociais, incorporadas e objectivadas, e das relações de força existentes nas comunidades de origem (Bourdieu e Wacquant, 2000: 173). Estes migrantes são, antes de tudo, e sobretudo, *emigrantes*. É na medida em que cada emigrante traz consigo um sistema de disposições tacitamente inscrito e reconfigurado ao longo da trajectória biográfica, familiar e grupal que ele acaba por «inconscientemente recapitular e representar

[13] É neste sentido que é possível compreender as declarações de C., 25 anos, emigrado em Espanha desde 2006: «Ó pá, eu ir para Espanha foi aquela coisa de... tipo, aqui andava para um lado, para o outro, não conseguia arranjar nada e apareceu-me aquela oportunidade. Os meus pais sempre me disseram que aquilo que eu quisesse tinha que ser com o meu dinheiro, percebes? Eu comecei-me a ver apertado e um amigo meu ofereceu-se, ajudou-me, "ó pá, tenho trabalho, mas eu de momento estou em Espanha". Ó pá, fiquei naquela, é Espanha, mas um gajo precisa de dinheiro para as nossas coisas, para um gajo ir para a noite ou fazer o que quiser, e eu aceitei e fui. Mas é muito complicado, muito complicado. (...) Foi um impacto… Tipo, os espanhóis não fazem a merda e vão para lá os portugueses fazer, estás a perceber? Oh pá, eu estou lá, mas aquilo lá é degradante».

nas suas estratégias e experiências pessoais» associadas à emigração (Bourdieu e Wacquant, 2000: 175) tudo o que ele deve a uma história pessoal e colectiva caracterizada pelas possibilidades e constrangimentos associados a um posicionamento socialmente dominado.

A investigação sociológica da emigração deve, por isso, em primeiro lugar, inquirir as condições sociais de formação de agentes dispostos e preparados para reconhecer na emigração uma alternativa «razoável». É necessário compreender este encastramento social para perceber a formulação tácita e inintencional de estratégias individuais e familiares para lidar com a subalternidade e a precariedade económicas que apresentam todas as características do inusitado. Ao mesmo tempo, torna-se indispensável conhecer a diversidade das formas de conscrição mais ou menos organizada, promovidas no fundamental por uma constelação de intermediários, e das tácticas de (auto-)mobilização orientadas, consciente ou inconscientemente, para a criação de uma força de trabalho móvel. Por último, importa conhecer as modalidades quotidianas de vivência dessa espécie de exílio intermitente e os contextos imediatos da experiência emigrante em Espanha, na sua globalidade, estruturados por uma conjuntura económica específica e pelo lugar social, cultural, económico e político que é reservado aos emigrantes na sociedade de acolhimento[14].

[14] Devemos assinalar que a vivência da migração contribui para a reconfiguração dos espaços sociais, das estratégias individuais e familiares e das vivências pessoais não só daqueles que emigram, mas também dos que ficam (futuros migrantes, familiares, redes de interconhecimento vicinal, etc.). Por isso, não seria, de todo, despiciendo acrescentar a uma investigação como aquela a que nos estamos a reportar uma etnografia daqueles que ficam e dos espaços de sociabilidade entretanto esvaziados (as «ruas sem homens», os cafés que «só enchem quando o pessoal volta às sextas-feiras»). Num dos melhores trabalhos jornalísticos produzidos a propósito da emigração pendular para Espanha, Hugo Silva e Pedro Correia oferecem uma perspectiva interessante sobre a realidade vivida nas comunidades de partida: «Passa um carro com uma mulher ao volante. Nada de anormal. Outro. Continua tudo normal. Outro ainda. E outro. Passam vários automóveis, algumas carrinhas, e só se vê mulheres ao volante. Na berma da estrada que atravessa a pequena freguesia, há duas ou três mulheres a conversar. Finalmente consegue vislumbrar-se, a carregar um furgão, um homem. No café encontram-se mais dois. Afinal, o sexo masculino não foi banido de Penhalonga, Marco de Canaveses. Mas a grande maioria dos homens está mesmo fora, a ganhar o sustento da família do outro lado da fronteira. No lado de cá, os dias seguem dentro da normalidade possível, mas sempre com "o coração nas mãos", como diz Maria Adosinda Monteiro, 54 anos, na manhã soalheira de quinta-feira. O marido, cinco anos mais velho, foi para Andorra há 15 dias. "Não havia trabalho cá", justifica Maria Adosinda, que também tem um filho, de 29 anos, a trabalhar na Madeira e uma filha, de 23, por agora em Penhalonga. "Sempre que ele parte, custa bastante. Mas telefona-me logo que chega, para dizer que está tudo bem, e todos os dias nos comunicamos", diz Idalina Rocha, que também tem o marido, com quem é casada há 18 anos, a trabalhar em Espanha. "É complicado. O meu filho, de 12 anos, sente muito a falta do pai", confessa a moradora, lembrando, contudo, que o trabalho em Espanha é a única solução para quem vê as despesas sempre a subir, com os salários congelados. "Os meus netos, quando o meu filho está para partir, pedem sempre 'ó paizinho, não vás!'... Mas ele tem de ganhar a vida", explica Ana Joaquina Andrade, 69 anos, com o filho, de 36, na aventura espanhola há cerca de 12 meses. "Foi ganhar mais, para a casinha. Mas fica-se sempre preocupada. Rezo por ele e pelos outros que vão ganhar a vida para fora. Vê-se tanta coisa sobre acidentes... ficamos com o coração nas mãos", repete Ana Joaquina. "Felizmente nunca tivemos casos desses. Mas temos de nos lembrar de que, em caso de tragédias como as que têm acontecido, não é só a vida de quem parte que está em causa", atenta Pedro Oliveira, pároco das freguesias de Penhalonga, Sande e Paço de Gaiolo, empenhado numa campanha de prevenção contra a sinistralidade rodoviária. Operação importante num conjunto de três freguesias com cerca de cinco mil habitantes e com 500 homens a trabalhar fora. O padre, de 33 anos, sublinha que aquela zona sempre esteve muito ligada à emigração e que, por isso, a rotina familiar está associada à figura do "pai

6. As ambiguidades da migração. Sentido da realidade, estima de si e estruturas temporais

Os princípios de visão e apreciação que associam a «ida para Espanha» a uma «oportunidade», fundam igualmente a sua enunciação no idioma do sacrifício («sujeição»). O paradoxo neste caso é isto mesmo: exclusivamente lógico. Este estado de quase-natureza, aquém da tomada de consciência constitui-se pela redundância de experiências tão contraditórias quanto as condições sociais de que elas são o produto. Só na condição de compreender a génese histórica e social da naturalidade e da injustificação da ordem das coisas é possível superar a impressão de má-fé ou inépcia causada pelos discursos dúplices destes trabalhadores e pelas representações pré-fabricadas sobre a migração (como «i» ou com «e»). Isto impede-nos, ainda, de vacilar entre cair na tentação da sobre-interpretação ou refutar como desprezível a dimensão pessoal da classe. Na seguinte asserção de um jovem operário da construção civil, por exemplo, o protagonismo individual («decidi», «não me convinha», «enviei o currículo») e a natureza condicional da situação («podia ter ficado») coexistem com a sobredeterminação da compulsão económica («em casa não se ganha dinheiro») e a irrefutabilidade do quotidiano («prontos», «tinha que ser», «não me ia deixar ficar»).

> Podia ter ficado em Portugal, mas, prontos, entretanto, quando me pediram para ir para lá, ia ganhar um pouco mais e decidi ir para lá. Também procurei aqui em Portugal, mas não surgiram logo propostas para eu poder arrancar, eu também não me convinha estar muitos dias em casa... e decidi então ir. (…) Eu, na altura, precisava. Procurei no jornal, enviei o currículo para várias empresas aqui em Portugal e assim... E eles mandaram-me aguardar e aquela empresa precisou, disse-me logo: "Se precisar, segunda-feira... Nós propomos as condições, se aceitar, segunda-feira pode arrancar". E eu pensei melhor e, prontos, não me convinha estar muito tempo em casa, porque em casa não se ganha dinheiro, e, prontos, arranquei.
>
> (R., 18 anos, servente, emigrado em Espanha desde 2007)

Na caracterização das vivências da emigração, a oscilação entre o duplo registo da fantasia e da decepção coordena um mecanismo de defesa e adaptação relativamente ao agravamento das condições de subalternidade económica e à dupla incompetência linguística característica do operariado. Há que conferir sentido e coerência à experiência da migração pendular, no meio da falência relativa do sentido ordinário do mundo social («isto está tudo atravessado»,

ausente". "A mulher, a mãe, é que acompanha tudo, designadamente a vida escolar dos filhos", acrescenta Pedro Oliveira. (…) "Os homens saem muito para fora, mas é compreensível. Vão ganhar mais. Têm que sustentar as famílias", analisa o padre, explicando que, além de Espanha, Estados Unidos, Angola e Marrocos são outros destinos dos operários da terra». Cf. o artigo publicado no Jornal de Notícias de 21 de Janeiro de 2007, «Uma freguesia de mulheres com "o coração nas mãos"».

«um gajo vê-se sem saber para onde se virar») e da crescente permeabilidade da autoctonia local, que assegurava um mercado protegido para o valor social e estima de si dos trabalhadores industriais do Vale do Sousa, ao arbitrário cultural alógeno difundido pela escolarização e pelas imagens do consumo de massas que tende a tornar as formas culturais operárias progressivamente «ilegítimas» ou «inferiores».

Os processos históricos de (de)composição dos grupos sociais – precarização económica, desarticulação e hipoteca dos futuros possíveis, improbabilidade de manutenção da delegação cultural e social de uma identidade desvalorizada – requerem a «dissimulação colectiva e duplicidade social» (Bourdieu e Wacquant, 2000: 173). A «denegação mágica da realidade objectiva da migração é parte e parcela da sua objectividade completa, da sua "dupla verdade"» (Bourdieu e Wacquant, 2000: 176). A migração tanto surge na linguagem da escolha e da eleição («apareceu-me essa oportunidade e eu aproveitei», «estava cansado de estar aqui e arrisquei»), como, pelo contrário, tende a assemelhar-se a um acto de desespero («só ia mesmo se estivesse com a corda ao pescoço»). Parecendo determinada por razões económicas (a «falta de dinheiro» ou a «ambição de ganhar mais»), ela nem sempre está absoluta e definitivamente justificada por essas vantagens pecuniárias («vim por causa do dinheiro», «compensava»). Frequentemente, a realidade de desqualificação social e exploração económica («fazer coisas que não têm nada a ver com a minha arte», «em quinze dias aprendes aquilo, não tem nada que saber») encontrada nos estaleiros espanhóis encarrega-se de desmentir, parcialmente ao menos, as intenções iniciais e as vantagens supostas e reais da migração.

A aceleração da desintegração social representada pela «crise», que torna insustentável económica e moralmente estar «sem fazer nada», fomenta a urgência e a pressão de necessidade e confere renovada ou inusitada visibilidade e plausibilidade à emigração no horizonte das relevâncias operárias. A ruptura dos «ritmos temporais e espaciais que eram o vigamento [*charpente*] de toda a existência social» e a «ruptura dóxica com o mundo social» (Bourdieu e Sayad, 1964: 21) daqui decorrentes, impossibilitando a actualização das maneiras de ser, fazer e parecer e abrindo um «espaço insólito» (Bourdieu e Sayad, 1964: 154) de solicitações e constrangimentos, explicam os efeitos de/re-socializadores revelados na dimensão pessoal deste proletariado.

7. «Tu sentes-te deslocalizado». Quotidiano dos emigrantes pendulares, efeitos de lugar e dupla desvinculação

A emigração significa habitualmente «sujeitarmo-nos ao que calhar», «andar de um lado para o outro», «comer e calar». As imputações silenciosas e as injunções urgentes resultantes da «compulsoriedade do quotidiano» (Scott,

2002: 18) transmutam-se disposicional e fisiologicamente e surgem instantaneadas nos contextos de co-presença. A reprodução social passa assim pela translação em carne viva de diferenças de classe, tanto pela inculcação estruturada em termos de naturalização de arbitrários culturais, quanto pela assimilação difusa e implícita das personalidades sociais. A estrutura intersubjectiva do comportamento concretiza e actualiza essa experiência social.

A experiência da emigração pendular eleva ao paroxismo o estatuto de «pessoas deslocadas» e «duplamente ausentes» característico dos emigrantes (Sayad, 1999). A invisibilidade resulta da justaposição entre as condições de exercício do trabalho na construção civil, a natureza da emigração pendular e os frágeis capitais económicos e culturais associados ao lugar social ocupado pelos trabalhadores portugueses[15].

O «nomadismo» é uma das características mais salientes deste proletariado flutuante. Os trabalhadores deslocam-se, entre estaleiros, na carrinha ou automóvel atribuído pelo patrão. A permanência na residência ocasional é temporalmente dependente do prazo de conclusão da obra e espacialmente conexa ao local de trabalho. Quando se «anda de um lado para o outro», tornam-se supérfluas minudências geográficas, bastando geralmente a designação genérica «em Espanha». As solidariedades no estaleiro são precárias (exceptuando, talvez, aquelas mantidas pelos ocupantes de uma viatura, que constitui normalmente a unidade social básica: a «equipa») e praticamente inexistentes as afiliações constituídas nas comunidades de chegada. A dicotomia casa-trabalho monopoliza as rotinas diárias destes trabalhadores. Esta polarização articula-se pela combinação entre sobretrabalho, nomeadamente através da prestação sistemática de horas extraordinárias, e confinamento nas condutas pessoais e colectivas, traduzido na restrição sociabilitária e na poupança em termos de consumos (incluindo a preservação do próprio corpo, que é quase exclusivamente afecto ao trabalho). A ignorância linguística, a escassez de contactos com «os espanhóis» (mesmo as questões relativas à «casa» e à «comida» estão concentradas nos chefes de equipa ou nos encarregados espanhóis) e a ausência de narrativas referentes à frequência da praça pública condicionam e são condicionadas pela circunscrição do quotidiano destes trabalhadores. «Espanha, é mesmo trabalhar, casa, acabou!», como nos diz C., 25 anos, servente, emigrado em Espanha desde 2006.

[15] A excepção a esta invisibilidade parece dar-se quando ocorrem acidentes nos locais de trabalho ou nos trajectos de automóvel entre as colectividades de origem e os locais de destino. Nestes casos, a visibilidade pública, institucionalmente organizada, parece imputar as propriedades objectivas de transitoriedade e volubilidade associadas à emigração também à esfera individual, contribuindo dessa forma para as apresentar como qualidades espaciais e morais dos emigrantes. A pessoalização tende a circunscrever a emigração a circunstâncias, dramas e protagonismos individuais. Esta visão da experiência da emigração enquanto sucessão de actos isolados determina as condições da sua própria autoconfirmação, mascarando, ao mesmo tempo, o facto de resultar de uma selecção antecipada, parcial e segmentada da emigração, tendo por base pré-noções relativas aos emigrantes consonantes com os interesses profissionais e políticos do observador.

A prevalência da informalidade nas relações laborais – regime de subcontratação, contratos de duração limitada, desdobramento do salário entre a componente oficial e o suplemento «apalavrado» (o «negro») – contribui para reforçar a plausibilidade do sentimento de transitoriedade associado ao estatuto de migrante. A precariedade económica e social, a «insegurança espiritual» e a «ansiedade epistémica» (Ashforth, 2005: 32) reforçam-se reciprocamente. O sentimento de estranhamento («sentes-te mesmo deslocalizado», como nos disse um outro servente da construção civil emigrado em Espanha) constitui-se sobre um terreno interpessoal de negação e confinamento, determinado pela perda de referências sociabilitárias e íntimas e pela vulgarização das justificações em termos de grandeza monetária.

As expressões usadas para descrever a experiência do trabalho migrante e as práticas actualizadas para conferirem espessura ao quotidiano nos locais de destino são geradas de encontro a esta «forma de vida». «A forma de vida é o quadro de referência no qual aprendemos a trabalhar quando treinados na linguagem da nossa comunidade; aprender a linguagem é por isso aprender a concepção, as assunções e práticas com as quais a linguagem está inseparavelmente atada e a partir das quais as suas expressões adquirem significado» (Grayling, 1996: 85). A realidade social do trabalho migrante, mediada por propensões incorporadas ao longo de uma trajectória individual e colectiva, constitui-se em usos e representações fortemente marcadas pelo *conformismo* à ordem das coisas e pelo *presentismo* nas estruturas temporais[16].

Estas representações não são o produto espontâneo desse mecanismo omnipoderoso que será o «círculo vicioso» da «pobreza económica e espiritual». A tolerância à desqualificação profissional, à (sobre-)exploração laboral, à clandestinidade de práticas contratuais, à insegurança corporal, à pressão patronal e à instabilidade espacial e económica, são aspectos das tácticas simbolicamente concebíveis e materialmente possíveis nas regiões dominadas do espaço social[17]. A transitoriedade, real ou presumida, da emigração reforça o fechamento do horizonte de aspirações e faz convergir as perspectivas dos trabalhadores para o momento presente. A aceitação e adopção de ritmos de trabalho violentos e extensas jornadas de trabalho, a tentação a associar os rendimentos do trabalho exclusivamente ao mérito individual, e o processo de «dupla desvinculação

[16] «Os trabalhadores portugueses ganham menos, trabalham mais e não reclamam. A vontade de trabalhar destes trabalhadores está a criar problemas. Os trabalhadores portugueses são invisíveis, a maioria vive em contentores junto às obras, trabalha sem horário, sem férias e sem direitos» (Xosé Melon, presidente da Confederação Intersindical Galega, numa entrevista publicada no IOL Diário em 4 de Abril de 2008).

[17] E, em particular, nos posicionamentos associados à construção civil, principal actividade dos trabalhadores portugueses emigrados em Espanha. Uma óptima descrição da realidade dos estaleiros, muito útil para perceber melhor o que está aqui em causa, pode ser obtida em Queiroz (2003).

social» vivido (Queirós, 2009)[18] contribuem para reforçar a desafiliação entre trabalhadores e para dissuadir conflitos reportáveis à esfera do poder.

A partir do discurso de C., que temos vindo a acompanhar, é possível reconstruir, no mesmo plano analítico, a realidade existencial da migração e o espaço da representação que reconstitui essa materialidade. A pendularidade marcada por «viver em Portugal e trabalhar em Espanha» fornece o eixo de articulação para uma série de oposições dicotómicas – imediatamente geográficas («casa» e «trabalho») e temporais («fim-de-semana» e «semana») – que organiza a representação da experiência migratória segundo a lógica do pensamento por pares. Na consciência dos agentes sociais inscrevem-se indelevelmente fronteiras a separar dois universos de significância isolados e que, sob muitos aspectos, estão inversamente correlacionados. No entanto, este sistema de contrastes indica uma condição existencial materialmente estruturada pela complementaridade relacional entre estes espaços físicos, sociais, afectivos e mentais.

As associações e distinções infinitamente renovadas nas declarações e actividades dos migrantes são uma exposição eloquente de um mundo em mutação, de uma cisão intermitente da realidade entre «cá» e «lá», de um lugar permanentemente precário no espaço social e no espaço físico. O «discurso do contraste» é uma maneira de interpretar uma ordem social e uma condição existencial em plena transformação. A «visão dualista do mundo» do trabalho migrante, expressa pelos próprios migrantes, é «mediatizada por um conjunto pré-existente de categorias culturais» (Comaroff e Comaroff, 1992: 45). Nesse sentido, os contrastes revelados pelas práticas e discursos quotidianos são «uma chave permitindo aceder à consciência que [estes trabalhadores] têm de si próprios e à inteligência que possuem da génese do seu mundo presente» (Comaroff e Comaroff, 1992: 42). A representação dos princípios de organização da realidade permite tornar explícitos tanto o sentido prático, irreflectido e implícito que têm os agentes sociais do mundo da vida, quanto a perspectiva inintencionalmente projectada a partir de um ponto de vista singular acerca do tempo, do espaço, do valor social.

As contradições não residem simplesmente na ambiguidade e na inabilidade discursivas destes operários. O discurso das descontinuidades e das conexões – nomeadamente, aquelas de valor inverso – que procura reconciliar um mundo instável e intrinsecamente ambíguo, conferindo coerência e consistência a uma existência duradouramente colocada sob o signo da transitoriedade e da incerteza, é a reconstituição poética, mas realista, da condição migrante de C.: «O imaginário, aqui, faz corpo com a biografia» (Comaroff e Comaroff, 1992: 55).

[18] O conceito traduz o mesmo raciocínio, mas em sentido inverso, do proposto por Albertino Gonçalves (1987), quando este nos fala da «relação de duplo vínculo» dos emigrantes portugueses «tradicionais» – vínculo com as comunidades de destino e vínculo com as comunidades de origem.

Café Soldado, O Carballiño, Galiza, Espanha

Aos poucos chegam todos os homens do grupo de trabalho em que está o A. Vêm com roupa «limpa», o cabelo ainda húmido do banho, a barba aparada, as marcas mais visíveis do trabalho dissimuladas. À mesa, enquanto esperamos que nos chamem para jantar, comenta-se em tom baixo o aspecto desleixado dos outros portugueses na sala, que chegam ao café directamente do trabalho, ainda sujos e suados, e com as roupas que usaram todo o dia. "Estes gajos de Barcelos são do piorio. É que nem imaginas…", diz A., que entretanto se sentou ao meu lado. Nenhum dos trabalhadores deste grupo de vinte e poucos trabalhadores, a trabalhar para um empreiteiro português, parece manter, por mais superficiais que sejam, o menor contacto pessoal com alguém fora do seu grupo de trabalho. Esta aversão mal disfarçada entre trabalhadores não é somente uma questão de «não ir com a cara deles». Os homens do grupo com que estamos estão contratados por uma empresa espanhola («temos um contrato que não é daqueles de obra, é mesmo por *xis* tempo»), beneficiam da protecção social do país de acolhimento («temos os direitos todos, férias, descontos… horas extras é por fora, mas recebemos tudinho»), são remunerados mensalmente (e não «à hora» ou «ao metro») e por valores substancialmente superiores aos praticados pelas empresas de construção civil portuguesas subcontratadas em Espanha, recebem o «ordenado limpo» e têm as «contas tratadas pelo encarregado» (não têm, portanto, de deduzir da remuneração auferida a «casa», a «alimentação», as «viagens»). Ao contrário, segundo me dizem, dos trabalhadores da mesa ao lado, «há alguns que é como escravos…».

(…) Acabamos de jantar. Na televisão, podemos continuar a acompanhar o telejornal. Os dois trabalhadores mais novos da nossa mesa – onde estão sentados, além de nós os dois, o encarregado espanhol e o grupo de seis portugueses – engolem o café e desaparecem. «È sempre assim. Vão logo lá para cima pró computador ou o caralho… Desde que estamos aqui, ainda não foram a lado nenhum. Moços novos, sem nada a prendê-los…». O sorriso astuto de A. esclarece o que fica por dizer. Pouco depois, o cunhado do A. e o vizinho do V. sobem para os seus quartos na residencial. «Aquele, diz A. apontando com o queixo para o cunhado, só pensa em dinheiro. 'Tou sempre a dizer-lhe: "vais sair daqui rico"». Bebe um golo de café e continua: «Pra que é que eu quero o dinheiro? Não devo nada a ninguém, os meus filhos estão criados…». Parece quase recriminar a austeridade dos outros trabalhadores.

Quando saímos para «tomar um copo», não deixo de ficar com a impressão da solenidade do momento – se não é inédita, esta é uma prática esporádica. «Não dá pr'andar todos os dias por fora. Um gajo chega cansado do trabalho e no dia seguinte tem de acordar cedo. Depois também é o dinheiro… Lá se vai o que se ganha aqui a mais pra levar pra baixo. Um gajo também conhece pouco. Eu até já tinha 'tado aqui, vai-se a uns lados, vai-se a outros, mas não se conhece bem o pessoal daqui». Apercebo-me que, em Espanha, o quotidiano é estruturado entre a obra e a casa, dia e noite, trabalho e descanso, orientado pela «ambição» – constantemente recriminada nos outros e omitida em nós – de «ganhar

> dinheiro». São relativamente poucas as porosidades conviviais que ultrapassam os espaços e os tempos partilhados com a equipa de trabalho. O fim-de-semana parece abrir espaço à subversão das cadências e impulsos produtivistas. V., no meio de uma retórica ostensiva a propósito da recusa em adoptar padrões de confinamento e de privação, acaba por dizer que, mesmo ao fim-de-semana, «o problema é que como não 'tamos lá como dantes, há pessoal que se faz esquecido. É "boa noite" e pouco mais».
>
> (...) Como parece ser ainda muito cedo para V. ir para «o choco», a cama, entramos num café diferente pela terceira vez. Ao meu lado, A. desfia todos os locais em que já trabalhou em Espanha: Valladolid, Zaragoza, Madrid, vários locais da Galiza, Bergara, e outros que não consigo reter. «E as pessoas que encontra, como são?», pergunto-lhe. «É como calha. Eu dou-me bem com toda a gente, mas aqui encontras de tudo… Gajos em condições... Mas há outros que até convém não conhecer». «E os trabalhadores espanhóis, como reagem à vossa presença?» «Bem, bem… Nunca tive problemas nenhuns, mas é claro que, às vezes, "Ah!, portuguesos" [di-lo com entoação castelhana], vêm aqui roubar empleos". Mas quase nunca ouvi nada. Nós ficamos com aquilo que eles não querem. Achas que eles 'tão ali pra trabalhar como nós trabalhamos? Eles é oito horas, segunda a sexta, horas extras pagas a dobrar, sábado também, tudo, férias, feriados, subsídios… Eles não se submetem a isto. E não estão pra se agarrar ao que sobeja. Ficam a gruistas, a encarregados. Lá se vê um ou outro a pedreiro ou assim, mas é raro… Vê-se é muitos equatorianos, colombianos e gajos assim. Principalmente em Madrid. Mas há problemas com outros, que um gajo ouve contar sobre este e aquele… Então, não estavam uns portugueses escravizados ou lá o que era? Agora, é preciso ver, eram também portugueses a escravizá-los! O português é o mais racista para o português! Aproveitam-se da malta pra caralho…».
>
> (Do diário de campo, 9 de Janeiro de 2008)

Estes discursos e práticas são constituídas e realizadas no âmago do mundo a que procuram conferir sentido e tacitamente tornar suportável. A bulimia no trabalho consiste na alternância entre a combinação, durante a semana, entre sobre-investimento físico e temporal no trabalho, reclusão domiciliária e privação consumista, e a sua inversão ostensiva ou declarada no fim-de-semana. Esta linha de tensão, manifestada geográfica e temporalmente, estrutura-se na objectividade imediata dos padrões de mobilização temporal (oposição entre tempo de trabalho saturado e tempo liberto) e pelas experiências actuais e prováveis que caracterizam diferentemente a semana em Espanha e o fim-de-semana em Portugal. Pelo que representam em termos de (auto)restituição de estima, de reconstituição das interacções e das sociabilidades interpessoais, provisoriamente interrompidas ou suspensas com a migração pendular, e de formas de afirmação de si, estes são aspectos que prefiguram autênticas «práticas de integridade pessoal» (Moodie, 1991: 39).

A cisão espacial transmuta-se numa di-visão simbólica. Nas palavras de P., trolha de primeira com 31 anos, em Espanha há seis, os migrantes pendulares

«têm duas vidas: a vida de lá e a vida de cá». Embora, durante o exílio espanhol, os homens «sigam todos para os mesmos sítios, só saem onde estão portugueses». Esta homogamia relacional consolida o «mundo português». Este fica delimitado entre o local de «trabalho», a «casa» e «a noite» (que designa, metonimicamente, o único período do dia passível de ficar reservado ao «tempo livre»). No trabalho, reforça-se uma fronteira entre «nós» e «eles» que divide, entre portugueses e espanhóis, os lugares subordinados dos postos hierárquicos de chefia e o trabalho desqualificado das ocupações mais qualificadas, mais seguras e melhor remuneradas.

Há, no entanto, uma insidiosa tensão entre o «nós» e o «eu». O sentimento de solidão combina-se com uma desconfiança penetrante relativamente a outros trabalhadores portugueses, supostamente conspurcados moralmente (e fisicamente), para multiplicar as divisões internas pré-existentes neste proletariado (por profissão, local de origem, local de trabalho, tipo de obra ou empreitada, nacionalidade e dimensão da empresa, tipo e duração do contrato, modalidades e montantes da remuneração, tipo de condições de alojamento e alimentação, perspectivas acerca da duração da emigração, formas de acesso à emigração). As rivalidades e a fragmentação – visíveis no Café Soldado todas as vezes que lá estavam «os de Barcelos» – revelam os efeitos de uma «linha de distanciamento» (Purser, 2007) relativamente a trabalhadores «inferiores». Este trabalho não racionalizado nem intencional traduz-se em aversões e antipatias, repulsas e esconjuros («não posso com eles», «não se sabem comportar») e é fortalecido por noções de evitamento que justificam essa manutenção de uma distância conveniente face a «quem não interessa». É o caso daquele trabalhador português que procura distinguir-se relativamente aos restantes companheiros que, segundo ele, «têm pouca cultura» e «estão ali só para trabalhar e ir às putas»[19].

[19] «A maioria dos portugueses que estão em Espanha, para onde é que eles vão? Às putas! O pessoal é muito baseado nisso, "eh!, vamos ver!", andamos lá na cidade a ver, a circular, a ver a prostituição… Há lá muita, principalmente negras. Quem está habituado aqui, a viver em aldeias, chega lá e perde-se. (…) O pessoal vai para lá é só mesmo para… porque vai para lá e é assim… [hesita, procura a expressão correcta] é o que eu te digo, a maior parte do pessoal que está lá a trabalhar é muito tapadinha, a cultura deles é pouca, não têm, não têm… não têm ideia do que é o mundo e estão ali só para isso. É só trabalhar, é só trabalhar e ir às putas, mais nada! E ao fim-de-semana vêm para casa. Aí, comecei a afastar-me um bocado do que era o mundo português. E sabes porquê? Porque passas pelo café onde paravas com toda a gente e já não paras lá, estás farto daquilo. Param ali pessoas que tu já conheces e que já não… não te interessam, percebes? Já não é ambiente para tu lá ires. É bocas, é essas coisas todas. (…) E depois eles, eu também já estive no meio deles, só saem onde estão portugueses. Porquê? Vão todos para o mesmo sítio… Ainda dizem que nós somos muito abertos, que temos uma mentalidade aberta... Este pessoal que está a trabalhar em Espanha, tu perguntas onde é que eles estão e eles não sabem. Não sabem pronunciar o nome de onde estão, sabem que é perto de Madrid ou perto de não sei quê. O pessoal está sempre no tasco. O pessoal que trabalha a semana toda, passa ali a tarde de domingo toda, sentado. O que é que eles fazem? Nada! "Estou a ver as gajas" é a resposta que eles te dão. Qual é a piada? O que é que eles ganham com isso? (…) Eles não foram na situação em que eu fui… Eu não fui para pagar calotes, eu fui por ir. Por isso é que eu entendo um bocado a coisa deles, eles estão ali porque são obrigados! Porque não têm mais hipótese nenhuma aqui, não têm… não têm perspectiva de futuro nenhuma, não têm nada. Então, em vez de ganhar setecentos, vão ganhar mil e quinhentos, mas já dá para pagar algumas coisas em casa. Mas não estão com os filhos, não estão com a mulher… Quando chegam a casa, a mulher já está com outro, acontece muito

Estas são experiências constituídas e constitutivas da «totalidade referencial» do operariado do Noroeste português, quer dizer, de maneiras de ser e estar plausíveis e acessíveis que estão «relacionadas com as acções que faz sentido a alguém realizar e os fins, incluindo o estatuto social, em virtude dos quais faz sentido realizar essas acções» (Schatzki, 2005: 236). A semelhança nas condições de acesso à existência aproxima as singularidades irredutíveis dos agentes sociais. Esta reciprocidade de perspectivas funda-se, portanto, na coexistência objectiva no espaço social. A mutualidade nas condições de existência abre um «espaço de revelação» (Schatzki, 2005:243) partilhado por todos aqueles que conjugam as marcas de posicionalidades estruturais circunvizinhas. A «mundaneidade do mundo» acessível aos operários constitui para eles um «espaço de possibilidades» mantido em comum (Schatzki, 2005: 239), ou seja, a realidade social revela-se identicamente a agentes sociais aproximados em termos de trajecto e de projecto[20]. A existência de uma relativa congruência entre os esquemas incorporados de acção, percepção e apreciação do mundo social e a realidade concreta da situação migrante realiza um tendencial ajustamento entre as expectativas pessoais e as oportunidades objectivas. A comensurabilidade entre a realidade quotidiana da situação de migração e as condições de existência nas quais foram sendo adquiridas, tácita e provisoriamente, as maneiras de ser e as sensibilidades fenomenal e temporal destes operários, não fazem senão sublinhar as afinidades de fundo que tornam cúmplices a história incorporada e a objectividade do mundo social.

Por isso, a experiência da emigração pendular, muito embora acentuando a dupla desvinculação relacional e social destes operários, na medida em que contribui eficazmente para a desarticulação das trajectórias individuais e familiares e para perpetuar a reprodução de padrões de mobilização para o trabalho e para a escola característicos do operariado, raramente transcende os limites do tolerável e aceitável. Ela é o produto de um cálculo que se ignora como tal. A não ser nas ocasiões em que surge retraduzida na linguagem do sacrifício e do destino, a aparência das «coisas da vida» vem somente reforçar aquele que já é um estado de facto e, a não ser a título excepcional, ela não desmente nem desilude esse sentimento de naturalidade. Excluindo a análise das condições económicas, sociais e culturais que tornaram possível e aceitável a emigração pendular, é-nos retirada a possibilidade de compreender como um modo de vida que aparece como sendo efectivamente draconiano e intolerável pode ser, para estes operários, vivido como necessário ou razoável em virtude da interioriza-

isso. Vão para lá dez, quinze anos, nesse rame-rame, e não têm nada! Fazem uma casita aqui mais ou menos e levam esta vida lá!» (P., 31 anos, oficial de primeira, emigrado em Espanha desde 2002).

[20] «Para a mundaneidade do mundo – as maneiras do ser abertas às entidades reveladas – ser na generalidade a mesma em diferentes vidas é porque a variedade de acções e fins a que pode fazer sentido dedicar-se é a mesma nessas vidas» (Schatzki, 2005: 236).

ção das suas condições de classe no decorrer de um processo de inculcação que precede e engloba esta situação.

Epílogo

E agora?

Ainda em Espanha, aproveitamos para passar os olhos pelos principais jornais. O destaque vai para a crise do crédito imobiliário nos Estados Unidos e para os seus potenciais efeitos na economia espanhola. Os principais analistas falam de um ano de «vacas flacas» que se avizinha, havendo mesmo quem, nas entrelinhas, avance com a perspectiva de uma «recessão», tudo porque o «milagre económico espanhol» tem assentado largamente nos sectores da construção civil e do imobiliário, actualmente os mais ameaçados.

Um mês depois, os ecos da «crise espanhola» chegam ao nosso país. Na sua edição de 7 de Fevereiro, o Diário Económico destaca os previsíveis efeitos na economia portuguesa de uma recessão económica em Espanha. «O cenário é negro», diz-se. As empresas portuguesas estão preocupadas e só não se sabe ainda em que grau a crise espanhola vai afectar Portugal. Que vai afectar a economia do nosso país, disso não restam dúvidas.

O aumento do desemprego e a consequente retracção do consumo por parte das famílias espanholas está já a prejudicar as exportações com origem no nosso país e muitos portugueses poderão perder os postos de trabalho que têm vindo a ocupar no país vizinho. A subida total do desemprego em Espanha ascendeu, em Janeiro, revela o Diário Económico, a 8,6%, com o sector da construção a ser o mais afectado, registando um disparo de 27% no número de desempregados. Representando 40% do total de desempregados – valor que sobe para 70% quando se analisa apenas o sector da construção –, os estrangeiros parecem ser o grupo social mais vulnerável à destruição de postos de trabalho, que se prevê poder vir a redundar na perda de 200 mil empregos só na construção civil. Enquanto me lembro das vicissitudes da semana passada na pequena cidade de O Carballiño, pergunto-me quantos destes empregos ameaçados serão actualmente ocupados por portugueses e qual será a resposta dos operários portugueses desempregados à «crise depois da crise».

(Do diário de campo, 10 de Fevereiro de 2008)

Referências bibliográficas

ASHFORTH, Adam (2005), *Witchcraft, violence and democracy in South Africa*, Chicago: University of Chicago Press.

BOURDIEU, Pierre e SAYAD, Abdelmalek (1964), *Le Déracinement*, Paris: Les Éditions de Minuit.

BOURDIEU, Pierre (2002), «Comment libérer les intellectuels libres?», in *Questions de Sociologie*, Paris, Les Éditions de Minuit.

BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Loïc (2000), «The organic ethnologist of Algerian emigration», *Ethnography*, 1 (2): 173-182.

CHARLESWORTH, Simon e MONTEIRO, Bruno (2008), «The personal translations of class. An ethnographic research in two industrial communities under economic transition: Rebordosa (Portugal) and Rotherham (United Kingdom)» (manuscrito, 25 pp.).

COMAROFF, John e COMAROFF, Jean (1992), «Le fou et le migrant», *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 94 (1): 41-58.

FITZGERALD, David (2004), «Towards a theoretical ethnography of migration», *Qualitative Sociology*, 29 (1): 1-24.

GONÇALVES, Albertino (1987), «O presente ausente: o emigrante na sociedade de origem», *Cadernos do Noroeste*, vol. I (1): 7-30.

GRAYLING, A. C. (1996), *Wittgenstein*, Oxford, Oxford University Press.

INE (2003), *Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída 2003*.

MARCUS, George (2007), «Multi-sited ethnography: five or six things I know about it», disponível *online* em: http://209.85.129.132/search?q=cache:uD7EgNv4IMoJ: eprints.ncrm.ac.uk/64/1/georgemarcus.pdf+marcus,+multited,+five+or+six+things+I+know&hl=pt-PT&ct=clnk&cd=4&gl=pt).

MOODIE, Dunbar (1991), «Social existence and the practice of personal integrity – narratives of resistance on the South African Gold Mines», *in* A. Spiegel e P. A. Mcallister (orgs), *Tradition and transition in Southern Africa*, Nova Jérsia: Transaction Publishers.

OCDE (2007a), *International Migration Outlook. Annual Report – 2007 Edition*.

OCDE (2007b), *Policy Coherence for Development: migration and development countries*, Paris: OECD Development Centre.

PEIXOTO, João (1993a), «Portugal e as migrações internacionais: as perspectivas de evolução», in VVAA, *Estruturas Sociais e Desenvolvimento. Actas do II Congresso Português de Sociologia (Vol. I)*, Lisboa: Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia.

PEIXOTO, João (1993b), «Migrações e mobilidade: as novas formas da emigração portuguesa a partir de 1980», in VVAA, *Emigração/Imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional Sobre Emigração e Imigração em Portugal – Séculos XIX e XX*, Algés: Editorial Fragmentos.

PEIXOTO, João (2002), «Migrações internacionais e globalização. Mobilidade, mercados de trabalho e relações sociais», *in* J. M. Carvalho Ferreira, e I. Scherer-Warren, (orgs), *Transformações Sociais e Dilemas da Globalização*, Oeiras: Celta Editora.

PURSER, Gretchen (2007), «The dignity of job-seeking men», *Journal of Contemporary Ethnography*, 20 (10): 1-23.

QUEIRÓS, João (2009), «Recent economic performance and changing configurations of workforce mobility in Northwest Portugal: social consequences of unemployment and the rise of youth emigration», in D. Cairns (org), *Youth on the Move: European Youth and Geographical Mobility*, Frankfurt: IKO-Verlag (no prelo).

QUEIROZ, Maria Cidália (2003), «Precarização do emprego e integração profissional numa região de industrialização difusa: o caso dos operários da construção civil do Noroeste de Portugal», *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras do Porto*, 15: 19-55.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1976), «Comunidades migrantes em situação dipolar: análise de três casos de emigração especializada para os EUA, para o Brasil e para França», *Análise Social*, vol. XII (48): 983-997.

SCHATZKY, Theodore (2005), «Early Heidegger on sociality», in H. Dreyfus e M. Wrathall (orgs), *A Companion to Heidegger*, Londres: Blackwell Publishing.

SCOTT, James C. (2002), «Formas quotidianas da resistência camponesa», *Raízes*, 21 (1): 10-31.

VIGH, Henrik (2008), «Crisis and chronicity: anthropological perspectives on continuous conflict and decline», *Ethnos*, 73 (1): 5-24.

WITTGENSTEIN, Ludwig (2002), *Tratado Lógico-filosófico – Investigações Filosóficas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2.ª edição (tradução de M. S. Lourenço).